

A reforma agrária e os movimentos sociais do campo brasileiro no período entre 1990 e 2005: uma análise comparativa entre o conteúdo de Geografia Agrária divulgado pela FUVEST, a Geografia Agrária praticada em livros de Geografia de Ensino Médio e as notícias veiculadas na “Folha de São Paulo” e no “Jornal da USP”.¹

Grazielle Cristina Bozi Costa
*Graduanda de Geografia na Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo (FFLCH – USP), Brasil*

Resumo

O presente trabalho busca analisar como a temática da reforma agrária e dos movimentos sociais no campo brasileiro é retratada (1) no vestibular² da Universidade de São Paulo, através da análise do conteúdo programático de Geografia³ e das provas de 1ª fase⁴ de Geografia da FUVEST (Fundação Universitária para o Vestibular), (2) em veículos de comunicação de mídia impressa e (3) em livros didáticos de Geografia no período entre 1990 e 2005. Para tanto, buscar-se-á relacionar, de um lado, os fatos políticos e cotidianos referentes à reforma agrária e aos movimentos sociais no campo brasileiro registrados durante o período e, de outro, a sua inserção ou ausência no material de Geografia (conteúdo programático e provas) divulgado pela FUVEST.

A partir da análise dos conteúdos programáticos de Geografia e dos conteúdos das provas de 1ª fase de Geografia aplicadas no período selecionado, construiu-se um banco de dados com informações referentes à inserção da temática da reforma agrária e dos movimentos sociais no campo brasileiro no vestibular da FUVEST. Paralelamente, realizou-se levantamento sobre a mesma temática em dois veículos de comunicação de mídia impressa, visando à obtenção de dados quantitativos e qualitativos acerca da inserção do assunto neste segmento. Por fim, foram selecionados e analisados dois livros de Geografia, referentes ao ensino médio, objetivando identificar como as temáticas selecionadas são retratadas em materiais didáticos da educação formal obrigatória no Brasil.

¹ A discussão proposta no presente trabalho se insere no âmbito da pesquisa de Iniciação Científica sem Bolsa, desenvolvida sob a orientação da Profª Drª Valéria de Marcos junto ao Depto de Geografia FFLCH USP.

² Exame de seleção para acesso ao ensino superior no Brasil, praticado desde o século XIX e legitimado em 1968 através da publicação da Lei 5.540.

³ Roteiro de estudos da FUVEST.

⁴ O vestibular aplicado pela FUVEST é constituído de duas fases distintas: 1ª fase, eliminatória, apresentando questões de múltipla escolha e 2ª fase, apresentando questões dissertativas.

Os veículos de mídia impressa selecionados foram o jornal *Folha de São Paulo*, de distribuição diária e abrangência nacional, e o *Jornal da USP*, de distribuição semanal e abrangência circunscrita aos espaços da Universidade de São Paulo. Os livros didáticos selecionados, devido a sua representativa adoção entre os docentes de nível médio, foram: *O espaço geográfico*, de Igor Moreira, para a década de 1990 e *Sociedade e espaço – Geografia geral e do Brasil*, de José William Vesentini, para a década de 2000.

Assim, os resultados obtidos evidenciarão se e como a temática da reforma agrária e dos movimentos sociais do campo brasileiro se apresenta nos materiais analisados.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos adotados para a realização do presente trabalho foram: coleta de dados relativos ao vestibular da FUVEST, às notícias publicadas nos periódicos *Folha de São Paulo* e *Jornal da USP* e aos livros didáticos; triagem e seleção de informações; análise das informações obtidas e confronto com textos teóricos.

Os dados referentes ao concurso vestibular da Universidade São Paulo, conteúdos programáticos e provas da 1ª fase, foram obtidos no site da Fundação Universitária para o Vestibular – FUVEST e em edições impressas do manual da candidato da FUVEST⁵. Após a fase de coleta de dados, realizou-se minucioso trabalho de leitura e seleção do material que constituiria o corpo de análise do presente trabalho. Todos os conteúdos programáticos de Geografia foram separados dos demais, assim como a parte da prova da 1ª fase da FUVEST que versava sobre o conteúdo de Geografia. Na sequência, foram identificadas as questões que possuíam alguma relação com o temário da Geografia Agrária. Nesse sentido, foram identificados dois grupos: (1) questões com abordagem gerais de Geografia Agrária (abordagem do modelo de produção; abordagem ambiental; questões com abordagem focada em fatores físicos: topográficos, climáticos, pedológicos; abordagem urbana/industrial; abordagem econômica, abordagem de caracterização de áreas) e (2) questões com abordagem social.

Para a coleta de dados de notícias relativas à reforma agrária e aos movimentos sociais no campo para o período constituído entre 1990 e 2005, foram consultadas as edições diárias do jornal *Folha de São Paulo* e as edições semanais do *Jornal da USP*. Os dados obtidos foram pesquisados no Arquivo oficial do Estado de São Paulo e no arquivo da Superintendência de Comunicação Social da Universidade de São Paulo. Após o procedimento de coleta de dados, realizou-se minuciosa análise do conteúdo obtido, o que resultou na divisão das notícias em seis

⁵ As edições impressas do manual da FUVEST e o material disponibilizado no site da FUVEST não apresentam diferenças de conteúdos. Contudo, destaca-se que parte do material digitalizado disponibilizado no site apresenta baixa qualidade, impedindo a visualização integral de dados, sendo assim necessária a utilização das edições impressas como ferramenta auxiliar.

grandes grupos: (1) Grupo I – Movimentos sociais, entidades e grupos com atuação no campo; (2) Grupo II – Estratégias de acesso e permanência na terra; (3) Grupo III - Ações direcionadas/praticadas por órgãos oficiais; (4) Grupo IV – Conflito agrário; (5) Grupo V – Contravenções (praticadas pelos ou contra os movimentos sociais no campo e relacionadas à reforma agrária) e (6) Grupo VI – Publicização (dos movimentos sociais no campo e da reforma agrária).

Também foram selecionados, como já dito, dois livros didáticos de Geografia recomendados pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC e amplamente utilizados pelos professores de Geografia de ensino médio nas décadas de 1990 e 2000, respectivamente, *O espaço geográfico*, de Igor Moreira e *Sociedade e Espaço – Geografia Geral e do Brasil*, de José William Vesentini. De posse de tais dados e aparados pelo referencial teórico partiu-se para a análise dos dados.

Resultados

O vestibular no Brasil e o advento da FUVEST

Para análise do objeto de estudo fundamental do presente trabalho, o exame vestibular elaborado e organizado pela FUVEST, é necessário compreender as raízes históricas de sua introdução no Brasil e de sua prática na Universidade de São Paulo. Fundada em 1934, a Universidade de São Paulo nem sempre teve uma prova padronizada para o ingresso em todos os seus cursos. Na verdade, o vestibular único de ingresso na USP foi instituído somente em 1977, com a criação da Fundação Universitária para o Vestibular - FUVEST. Contudo, cabe ressaltar que o exame vestibular na Universidade São Paulo não surge com a FUVEST. Desde sua criação, em 1934, cada curso elaborava e aplicava suas provas de ingresso, o que originava uma diversidade de tipos de provas correspondente ao número de cursos existentes na Universidade.

A gênese do vestibular no Brasil, porém, data de 1911, fruto da reforma no ensino brasileiro promovida pelo Governo Federal. Se o processo vestibular pode ser considerado cerceador e excludente, por beneficiar apenas uma minoria, antes de seu advento o processo de ingresso no ensino superior era ainda mais excludente e elitista: somente alunos oriundos de selecionadas instituições, como, por exemplo, o Colégio Dom Pedro II, podiam ter o privilégio de frequentar a Universidade no Brasil (MANZANO, 2011).

Já na década de 1960 a Universidade de São Paulo abrigou experiências de vestibulares unificados que culminariam na criação da FUVEST na década posterior. Em 1964 os cursos da área de Ciências Biológicas da USP e os cursos da Escola Paulista de Medicina e

da Santa Casa aderiram ao CESCEM – Centro de Seleção de Candidatos a Escolas Médicas – como forma de ingresso de estudantes. Na sequência, em 1967 ocorreu o surgimento do CESCEA – Centro de Seleção de Candidatos a Escolas de Administração – que organizava o vestibular para os cursos da área de Ciências Humanas da USP. Em seguida observa-se o surgimento da MAPOFEI – abreviação de Mauá (Instituto Mauá de Tecnologia), Poli (Escola Politécnica da USP) e FEI (Faculdade de Engenharia Industrial), em 1969, organizando a seleção de candidatos para essas instituições (Ciências Exatas). Das três antecedentes da FUVEST – CESCEM, CESCEA e MAPOFEI – somente a CESCEM teve continuidade transformando-se na Fundação Carlos Chagas, tendo as demais sido absorvidas pela FUVEST.

A reforma universitária, instituída através da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 previu a unificação do exame vestibular, como preconizado em seu parágrafo único:

Dentro do prazo de três anos, a contar da vigência desta lei, o concurso vestibular será idêntico em seu conteúdo, para todos os cursos e áreas de conhecimento afins, e unificado em sua execução, na mesma universidade ou federação de escolas ou no mesmo estabelecimento isolado de organização pluricurricular, de acordo com os estatutos e regimentos. (BRASIL, 1968)

Assim, em 1971, na tentativa de padronizar a metodologia de seleção para candidatos ao ensino superior no Brasil, foi assinado o decreto-lei 68.908 que normatizou e unificou o concurso vestibular para toda a universidade ou instituições interessadas, tornando-o classificatório. O mesmo decreto instituiu que os conteúdos das provas de vestibular deveriam ser aqueles referentes à grade curricular do 2º grau (escopo de disciplinas escolares). A FUVEST demoraria ainda cinco anos para surgir, mas de fato a definição do escopo disciplinar do 2º grau (hoje ensino médio) como conteúdo programático do vestibular atrelou de forma decisiva esses dois níveis de ensino.

Esta ligação entre ensino médio e ensino superior é algo que não constituiu uma novidade advinda com a Reforma Universitária de 1968. De acordo com Samara (2007, p. 27), no

[...] Brasil, o ensino secundário, começando no Império e chegando até a chamada Reforma Francisco Campos, em 1931, era eminentemente preparatório para o ensino superior – tanto que, ainda em 1930, o Governo Federal legislava sobre ambos de uma só vez. Após essa reforma, não se popularizou tanto quanto deveria, permanecendo delegado primeiramente a um número reduzido de particulares – por isso, até a década de 1960 eram poucos os jovens que conseguiam concluir todas as séries escolares e chegar às portas da universidade.

O poder exercido pela FUVEST na definição dos conteúdos do ensino médio é evidenciado pelo Professor Hélio Nogueira da Cruz, em depoimento contido no livro de Eni de Mesquita Samara. De acordo com o Vice-Reitor da Universidade (2005), “A cada ano, o

Conselho Universitário aprova as decisões sobre o vestibular. A FUVEST, na minha perspectiva, apenas implementa o que a Universidade decide e o que deve ser feito. Então, é a USP e os professores da USP que realizam a prova” (SAMARA, 2007, p.50). Assim, podemos concluir que a Universidade de São Paulo, através da FUVEST, evidencia e publiciza que conhecimentos considera importantes que um candidato deva dominar para que possa figurar no seu quadro discente. Tal ideia pode ser confirmada pela afirmação de Samara (2007, p.59) quando nos diz que “a universidade cria seu padrão de exigência e manda sua mensagem às redes de escolas particulares e públicas quanto ao que julga aceitável ou não no ensino, e quanto ao perfil de estudante que deseja em seus quadros”. Esse recado é cada vez mais absorvido pela rede particular de ensino e pelo efervescente mercado de “cursinhos pré-universitários”, que desde a década de 1960 capitaliza o ensino, transformando claramente a educação em mercadoria.

A proposta aqui não é analisar o perfil do aluno da Universidade de São Paulo, contudo, cabe destacar que desde a criação da FUVEST o índice de ingressos oriundos de escola pública caiu vertiginosamente. Em 1980 observamos que 48,4% dos candidatos ingressantes na USP cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, enquanto 39,6% dos candidatos cursaram integralmente o ensino médio em instituições particulares. Mais de 25 anos depois, em 2006, encontra-se um quadro drasticamente invertido: apenas 18,5% dos ingressantes realizaram o ensino médio exclusivamente em escolas públicas, sendo que a impactante maioria, 73,2%, realizou o ensino médio exclusivamente em colégios particulares. Os 0,3% restantes realizaram seus estudos parcialmente na rede pública ou na privada⁶. Qual será a razão desse descompasso? Por que somente as instituições particulares estão atentas ao chamado da USP, explicitado pelo conteúdo definido para o vestibular?

Nos documentos do conselho curador da FUVEST de 1976, ano de sua criação, fica claro que “[...] a realização do vestibular influiria no processo de aprendizado do segundo grau, por isso as questões analítico-expositivas seriam fundamentais” (SAMARA, 2007, p.55). Tal influência seria concretizada ao determinar, através de seu vestibular, o que era considerado o conhecimento ideal. Recuperando outro fragmento da entrevista concedida pelo então Vice-Reitor Hélio Nogueira da Cruz a Samara, encontramos a seguinte declaração:

[...] para a Universidade de São Paulo, a FUVEST tem dois aspectos significativos. Primeiro, a escolha dos candidatos, os seus critérios, a sua transparência. Mas, também, por indicar ao sistema do ensino pré-universitário e médio sobre o que a USP entende como temas e bibliografia relevantes, considerados adequados para uma preparação de candidato (SAMARA, 2007, p. 103 -104).

⁶ Estatísticas extraídas do livro *30 anos de FUVEST: A história do vestibular da Universidade de São Paulo, 1976 -2006*. Edusp, São Paulo, 2007 de Eni de Mesquita Samara. A autora trabalha apenas com dados da educação formal (ensino médio), não inclui estatísticas sobre quais alunos frequentaram cursos pré-vestibular.

A declaração do ex-Vice-Reitor da Universidade de São Paulo permite inferir a dimensão da influência da indicação dos conteúdos considerados prioritários, feita pela Universidade, na definição dos conhecimentos a serem veiculados na sala de aula. Assim, a Universidade não só produz o saber científico, como também define qual conhecimento deve ser veiculado na rede pública e particular de ensino.

Assim, no presente trabalho buscar-se-á identificar *se e como* a reforma agrária e os movimentos sociais no campo brasileiro são inseridos no âmbito do material da FUVEST, tendo como indicadores principais as notícias veiculadas, entre 1990 e 2005, nos periódicos *Folha de São Paulo* e *Jornal da USP* e as indicações constantes nos livros didáticos selecionadas para as décadas de 1990 e 2000.

A reforma agrária e os movimentos sociais no campo brasileiro.

Antes de se adentrar na efetiva análise dos dados coletados, evidenciando os resultados obtidos, faz-se necessário realizar uma pequena, porém importante, síntese sobre a conceitualização dos *termos reforma agrária e movimentos sociais no campo brasileiro*.

A reforma agrária e os movimentos sociais no campo brasileiro são conceitos que possuem uma estreita ligação, emergindo na realidade social do país, como fato concreto, no mesmo período histórico, década de 40 do século XX. Assim, os movimentos sociais no campo brasileiro e a reforma agrária são elementos derivados da estrutura fundiária do país, que desde o período de sua colonização privilegiou a grande propriedade, fazendo com que a concentração fundiária se tornasse ponto nerval da questão agrária no país.

O presente trabalho localiza historicamente a aparecimento dos movimentos sociais do campo brasileiro como um episódio característico do século XX, sobretudo a partir da década de 1940. É verdade que desde o século XIX algumas regiões do Brasil vivenciaram conflitos motivados pela reivindicação de terras por habitantes do meio rural. Sobre isso Oliveira (2001, p.190) indica que

[...] Canudos, Contestado, Trombas e Formoso fazem parte dessas muitas histórias das lutas pela terra e pela liberdade no campo brasileiro. São também, memórias da capacidade de resistência e de construção social dos expropriados na busca por uma parcela do território e memórias da capacidade destruidora do capital, dos capitalistas e de seus governos opressores

Assim, eventos como Canudos, no século XIX, e Contestado, no início do século XX, simbolizaram o desenvolvimento de um novo tipo de atuação no espaço rural brasileiro: o surgimento de movimentos organizados que reivindicavam o acesso à terra. Oliveira (2001, p. 188) indica que

a luta desenvolvida pelos camponeses no Brasil é uma luta específica, moderna, característica particular do século XX. Entendo que o século passado foi, por excelência, uma época de formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social.

No início da década de 1950 a população rural do Brasil correspondia a 33.161.506 habitantes, representando 63,84% da população total do país⁷. Era de se esperar que, em um país constituído em sua maioria por população rural e cuja base da economia, na época, estava fundamentada em atividades agrícolas, o índice de organização dos trabalhadores rurais também fosse expressivo. Contudo, tal encadeamento lógico não foi efetivo pois, de acordo com Moraes (2006, p.22), no período em questão o país apresentava somente cinco organizações representativas dos trabalhadores rurais.

Na década 1940, mais especificamente em 1945, observa-se o surgimento das primeiras Ligas Camponesas, surgidas sob a égide do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e diferentes daquelas Ligas Camponesas surgidas na década seguinte no Estado de Pernambuco (JULIÃO, 2009). Tais Ligas arregimentaram milhares de trabalhadores rurais, servindo como elemento de mobilização política que possibilitou a eleição de representantes do PC do B cargos nas assembleias, possibilitando o debate da reforma agrária e das reivindicações dos camponeses e trabalhadores rurais na esfera da política nacional.

O PC do B exerceu um importante papel na problematização da questão agrária no Brasil. Como já dito anteriormente, ele apresentou-se como ponto aglutinador dos trabalhadores rurais do Brasil na década de 1940, captando demandas que culminaram na “primeira manifestação real a concluir que o Brasil tinha um grande problema agrário” (STEDILE, 2006, p.13), propondo um programa de reforma agrária na Constituinte de 1946. A cassação do PC do B em 1947 determina o fim da organização dos camponeses e trabalhadores rurais iniciada através da atuação das Ligas.

Em 1955 o país observa o surgimento da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPP), organização que extrapolou o limite de seu Estado natal, influenciando e polarizando os movimentos e trabalhadores rurais em diversas áreas do Nordeste. A SAPP, em virtude de sua popularização, ficou conhecida nacionalmente como Liga Camponesa. Também em 1955 registra-se a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – Ultab. Sobre a mobilização no campo brasileiro ocorrida nas décadas de 1950 e 1960, Oliveira (2001, p. 190) indica que

⁷ Dados extraídos do Atlas da Questão Agrária Brasileira, elaborado por Eduardo Giradi e disponível em <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/>

Nos anos 50 e 60 do século XX as ligas camponesas sacudiram o campo nordestino e ganharam projeção nacional, mas muitas de suas lideranças foram assassinadas. A Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) foi criada e o governo de João Goulart iniciou um processo de Reforma Agrária [...].

O processo de democratização da terra, materializado por meio de uma reforma agrária que congregasse a possibilidade de acesso à terra e condições de permanência na mesma, são interrompidos pelo golpe militar de 1964. Durante o regime militar a política fundiária praticada no Brasil teve nos projetos de colonização seu único ponto de intersecção, mesmo que desvirtuado, com a proposta de uma reforma agrária efetiva. De acordo com Oliveira (2001, p.191), os inúmeros projetos de colonização do regime militar que figuravam como estratégia alternativa à reforma agrária, associados à política de ocupação do território através de incentivos fiscais, culminaram na maior parte dos casos em episódios de violência exacerbada, pois expulsavam os ocupantes prévios de uma área .

Os anos 1980 vivenciaram a eclosão da organização social no campo. O processo de modernização da agricultura, imputada pelos mecanismos econômicos, gerou uma imensa massa de lavradores, de camponeses, de trabalhadores sem terra que agora reivindicavam seu direito de permanência no meio rural, seu direito de acesso à terra. É desse período, mais precisamente de 1984, o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. A esse respeito, Germani (2010, p. 283) indica que

A organização e consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1985 – decorrente da continuidade e da confluência das lutas e resistências de tempos pretéritos –, constitui como movimento pedagógico do processo político, contribuindo para o surgimento de um grande número de outros movimentos em todo território nacional.

A dicotomia reforma agrária – movimentos sociais no campo, no âmbito brasileiro, encontra nos anos 1980 um importante canal de confluência. A concentração fundiária, o acesso restrito à terra e à violência derivada desses fatores conduzem ao advento de movimentos sociais no campo, dos quais o principal foi o MST. Assim, a reforma agrária entra na agenda pública nacional, sendo que em 1985 observa-se a criação do Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária – Mirad e a proposição do I Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA.

A década de 1990 vivencia grandes expectativas em relação às metas de assentamentos prometidas durante a campanha eleitoral (500 mil famílias). Coca (2008, p.16) indica que

Em janeiro 1992, o governo Collor lançou o seu programa de reforma agrária, denominado “Programa da Terra” O objetivo desse programa era assentar, naquele ano, 50 mil famílias; desapropriar 2,9 milhões de hectares de terras - dos quais 735 mil já estavam disponíveis; destinar, através do PROCERA, 114 bilhões de cruzeiros para os assentados antigos; emancipar dez mil famílias assentadas; destinar 30 bilhões do Banco do Brasil para crédito fundiário a pequenos agricultores; dar assistência técnica às famílias assentadas; descentralizar a reforma agrária, envolvendo estados, municípios e entidades privadas, etc. Todavia, com o impeachment de Collor, esse programa acabou não culminando. Nesse governo foram assentadas apenas 42.030 famílias em 288 projetos assentamentos

O primeiro mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso apresenta índices relativos ao assentamento de famílias nunca antes alcançados no Brasil: 373.210 famílias assentadas em 3.505 assentamentos. Contudo, Oliveira (2001, p.201) indica que

Entre esses assentamentos incluem-se as regularizações fundiárias (as posses), os remanescentes de quilombos, os assentamentos extrativistas, os projetos Casulo e Cédula Rural, e os projetos de Reforma Agrária.

O primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso vivenciou um enorme número de ocupações e manifestações reivindicando acesso à terra, a maioria delas lideradas pelo MST. Em virtude disso, Oliveira (2001) diz que “a Reforma Agrária, antes de ser uma política propositiva do governo, é a necessidade de resposta à pressão social”. Assim, podemos indicar o papel ativo dos movimentos sociais do campo brasileiro na construção de uma nova territorialidade, que não dependa somente da esfera estatal.

Em seu 2º mandato Fernando Henrique Cardoso cria o Ministério do Desenvolvimento Agrário, pasta exclusiva para proposições de políticas fundiárias que permitissem a amenização dos constantes e intensos conflitos vivenciados no campo brasileiro. Nesta gestão são assentadas 158.312 famílias em 1.931 assentamentos (COCA, 2008). A violenta repressão, a criminalização dos movimentos sociais no campo foram elementos marcantes desse período.

Em 2003, o então presidente Luiz Inácio da Silva lança o II Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA, cuja meta era assentar e proceder a regularização fundiária 900 mil famílias. Entretanto, entre 2003 e 2006 foram assentadas 250.065 famílias (apenas 25% das metas traçadas no II PNRA) em 2.304 projetos (COCA, 2008). Assim, fica evidente o déficit dos números da reforma agrária no país, fato que alimenta e justifica a atuação dos movimentos sociais no campo brasileiro.

Pode-se dizer que impelidos pela força inicial empreendida pelo MST surgem outros movimentos de luta pela terra, ou movimentos pré-existentes ganham novo fôlego e horizontes de atuação. Entre eles pode-se citar: Movimento de Luta pela Terra - MLT, Movimentos do Agricultores Sem Terra – MAST, Movimentos dos Trabalhadores Rurais – MTR, CUT Rural, Movimento de Libertação do Sem Terra – MLST, Liga Operária Camponesa – LOC,

Organização de Luta no Campo - OLC, Movimento dos Pequenos Agricultores - MAP, Federação dos Trabalhadores de Agricultura – Fetagri, Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados – MAP, UNITERRA, Movimento Terra Brasil, Movimento Unidos dos Sem Terra - MUST, Movimento da Paz dos Trabalhadores Sem-Terra - MDPST, Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB.

Os movimentos sociais no campo brasileiro, independente de sua filiação partidária ou sigla característica, representam uma nova forma de construção de territorialidade. São famílias desterritorializadas agindo sobre um território e solicitando, através das mais diversas estratégias, seu acesso a ele, sua reterritorialização. Ao assim agir, tais grupos (os movimentos sociais) e indivíduos (os membros desses grupos) mais que construir territorialidades eles buscam a territorialização de suas identidades.

O vestibular da FUVEST, a reforma agrária e os movimentos sociais no campo brasileiro.

Após análise dos conteúdos programáticos de Geografia adotados pela FUVEST no período entre 1990 e 2005 foram identificados três itens programáticos relativos aos movimentos sociais no campo brasileiro e a reforma agrária.

Em 1990 observa-se a presença do *tópico Condições de vida e de trabalho no campo e na cidade* como ponto de estudo obrigatório para o vestibular da FUVEST. As condições de vida no campo remetem, mesmo que subjetivamente, aos movimentos sociais no campo e às suas reivindicações, entre elas a reforma agrária. Este tópico é mantido até 1991.

Em 1992 observa-se a substituição do *tópico Condições de vida e de trabalho no campo e na cidade* pelo *tópico A análise geográfica da população brasileira: estrutura, movimentos migratórios, condições de vida e de trabalho nas regiões metropolitanas, urbanas e agropastoris e os movimentos sociais urbanos e rurais*. Aqui se pode observar a clara inserção da temática dos movimentos sociais no campo como ponto de estudo obrigatório do vestibulando, sob a denominação de movimentos sociais rurais. Tal inserção pode ser indicativo da importância social que a temática assumiu no período. Este tópico é mantido até 2001.

Em 2002 a reforma agrária faz sua estreia no conteúdo programático de Geografia da FUVEST. Neste ano observa-se a existência do *tópico A reforma agrária e os movimentos sociais no campo*. E assim a reforma agrária chega, na teoria, ao vestibular mais concorrido do país, contabilizando 59 anos de atraso em relação à primeira discussão ampliada da questão realizada no país, qual seja, a proposta de reforma agrária do PCdoB na Constituinte de 1946.

Ao longo de 15 anos de análise de provas de Geografia da primeira fase do vestibular da FUVEST foram identificadas 52 questões com elementos relativos à Geografia Agrária, dessas

somente três estabeleciam relação com a temática dos movimentos sociais no campo, classificadas sob o título de questões de abordagem social, e nenhuma fazia referência à reforma agrária. Por abordagem social entende-se aquelas questões que colocam o homem como tema central da questão, reforçando que a ideia que as relações sociais são fator fundamental da estrutura e da conjuntura agrária brasileira.

Segue –se apresentação das questões.

Vestibular de 1992.

37. "O período de 1974 a 1983 representa o alagamento da violência por quase todo o território brasileiro." (...) "o Pará, Maranhão e Extremo Norte de Goiás - atual Tocantins - vão representar a área mais sangrenta do país".

A violência mencionada no texto intensificou-se a partir dos anos 70, provavelmente devido:

- a) à luta travada pelos posseiros de Trombas e Formoso para a organização das Ligas Camponesas contra as injustiças sociais no campo.
- b) à intervenção da SUDENE numa tentativa governamental de assentar excedentes demográficos do Nordeste nesta área.

c) ao perigo representado pelo grande contingente de nordestinos que vieram especialmente para o trabalho da extração do látex nas seringueiras.

- X d) à luta pela posse da terra nas áreas de maior concentração dos projetos agropecuários incentivados basicamente pela SUDAM.
- e) à revolta de indígenas e peões contra os posseiros que se apoderam ilícitamente de suas terras através de títulos falsos ou grilados.

O enunciado da questão acima retrata episódios de violência na região Norte-Nordeste do país. Solicita que o candidato identifique as prováveis causas dessa violência. Todas as alternativas dizem respeito à questão agrária no país. Vale ressaltar que o programa de Geografia de 1992 inclui em seu ementário, pela primeira vez, um tópico referente aos movimentos sociais rurais. A questão 37 reflete a aplicação desse conteúdo na prova, citando na alternativa a, considerada incorreta, a atuação das Ligas Camponesas.

Vestibular de 1997.

M. 46 - João saiu com a família num desespero sem nome. Ele, os filhos e Maria estavam mortos de fome. Que destino tomaria? Onde iria trabalhar? E à sua volta ele via terra e mais terra vazia, milho e cana a verdejar.

[Ferreira Gullar, 1982]

Analisando as questões abordadas no poema acima, pode-se afirmar que no Brasil, nas três últimas décadas,

- a) vem aumentando, gradativamente, a ocupação pelo Governo Federal de latifúndios improdutivos e terras devolutas para a produção de álcool e alimentos para o consumo interno.

b) diminuíram, em frequência e intensidade, as oposições entre terras de negócio e terras de trabalho na Amazônia e no Centro-Sul, graças aos assentamentos realizados pelo INCRA.

c) reduziram-se as migrações sazonais, permanecendo apenas os "corumbas" que, na época das colheitas, se deslocam da Zona da Mata para o Agreste.

d) diminuíram a fome e o desemprego no campo, devido à expansão da produção de alimentos para a população e de matérias primas para as indústrias.

- X e) intensificou-se o êxodo rural, em decorrência da maior concentração da propriedade fundiária e das transformações nas relações de trabalho no campo.

A questão fornece trecho de um poema de Ferreira Gullar que fala de fome, desemprego, concentração fundiária e domínio de monoculturas em extensas áreas e solicita ao candidato que indique qual a alternativa fornece dados que justifiquem a realidade retratada na poesia. Nesta questão notamos o homem como sujeito principal do quadro que relaciona

diretamente o êxodo rural à concentração fundiária e às transformações das relações de trabalho no campo. Vale destacar que o poema foi escrito em 1962, período no qual o campo brasileiro vivenciava um processo de estímulo à modernização e de substituição de formas tradicionais de produção por outras que tinham na mecanização e na monocultura seus principais fundamentos.

Vestibular de 2000.

- T.07 - As alternativas seguintes descrevem características de personagens da estrutura agrária brasileira. Assinale a correta.
- a) **Posseiro**: pessoa que se apropria ilegalmente de terras e apresenta título falsificado de propriedade.
 - b) **Gato**: trabalhador organizado em busca de acesso a terra.
 - c) **Latifundiário**: proprietário de grandes extensões de terras.
 - d) **Sem terra**: trabalhador rural que tem posse da terra, mas não o documento de propriedade da terra.
 - e) **Grileiro**: pessoa que contrata trabalhadores braçais como mão-de-obra para as fazendas ou projetos agropecuários.

A questão T.07 apresenta uma tipologia de personagens da estrutura agrária brasileira. Vale destacar que pela primeira vez o trabalhador sem terra surge em uma das questões do vestibular da FUVEST. Contudo, emblematicamente, figura como alternativa errada, sendo que a correta corresponde ao latifundiário.

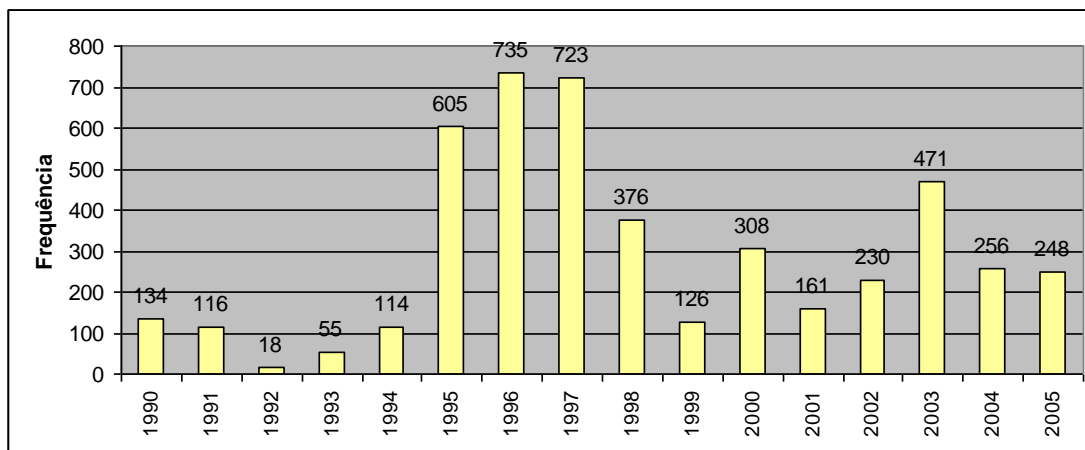
A reforma agrária e os movimentos sociais no campo brasileiro: a inserção nos periódicos Folha de São Paulo e Jornal da USP

Após leitura dos exemplares diários do jornal *Folha de São Paulo*, publicados entre 01 de janeiro de 1990 e 31 de dezembro de 2005, foram identificadas 2.338 notícias que faziam referência aos movimentos sociais no campo e/ou à reforma agrária. Como intuito de se estabelecer um critério que pudesse classificar um universo tão vasto de informações, para cada notícia foram atribuídos dois termos-chave⁸, originando um total de 76 termos-chave para o universo de notícias analisado. Os termos-chave foram reunidos por afinidade de ações ou concepção em seis grandes grupos, a saber: (1) Grupo I – Movimentos sociais, entidades e grupos com atuação no campo; (2) Grupo II – Estratégias de acesso e permanência na terra; (3) Grupo III - Ações direcionadas/praticadas por órgãos oficiais; (4) Grupo IV – Conflito agrário; (5) Grupo V – Contravenções (praticadas pelos ou contra os movimentos sociais no campo e relacionadas à reforma agrária) e (6) Grupo VI – Publicização (dos movimentos sociais no campo e da reforma agrária).

⁸ Por termo-chave entende-se as palavras ou as expressões que sintetizam o teor principal das notícias. Para o presente trabalho utilizou-se o conteúdo das notícias para a definição dos termos-chave.

Pode-se constatar que a temática dos movimentos sociais no campo e da reforma agrária integrou desde o início da década de 1990 a pauta de veículos de imprensa de mídia impressa, como a Folha de São Paulo (Gráfico 1).

Gráfico 1. Distribuição de notícias relativas à reforma agrária e aos movimentos sociais no campo brasileiro: Folha de São Paulo – 1990/2005.

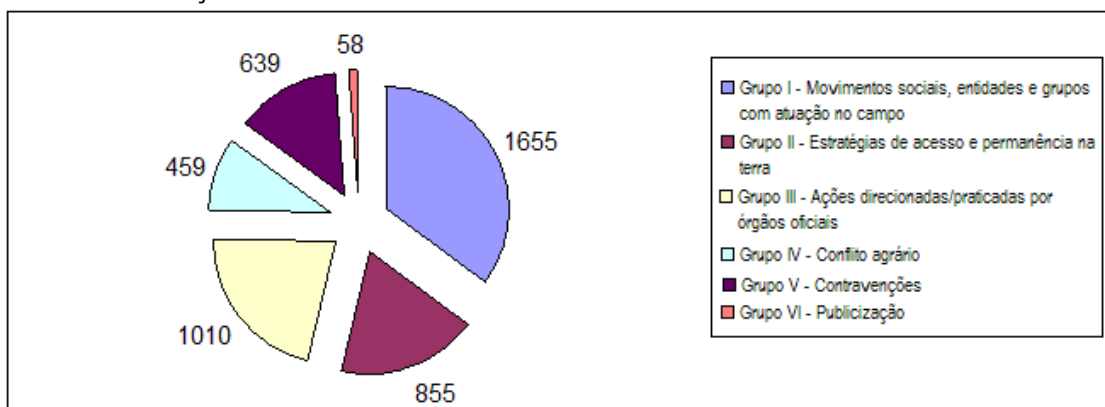


A distribuição das notícias através dos anos evidencia que a partir do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso registra-se um aumento de mais de 500% na incidência de notícias relacionadas ao tema em análise. O ano de 1996 representa o período com maior incidência de notícias com referência aos movimentos sociais no campo brasileiro e à reforma agrária, registrando 735 notícias. Foi esse o ano em que o país vivenciou o massacre de Eldorado dos Carajás, cuja repercussão pode ser identificada nas notícias veiculadas na Folha de São Paulo ao constatar-se que os termos-chave *conflito agrário* e *violência* encontram nesse ano seu maior índice de inserção ao longo dos 15 anos analisados, 79 e 80, respectivamente.

No ano de 1997 observa-se uma maior inserção dos Movimentos, entidades, grupos com atuação no campo brasileiro (Grupo I), registrando 278 incidências de notícias classificadas neste no Grupo I. Destaca-se que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) foi tema central de 161 das 278 notícias relativas à reforma agrária e os movimentos sociais no campo representando 59,7% das citações do grupo no ano de 1997. Destaca-se que o período representa o último ano do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso e também o ano de sua campanha eleitoral para reeleição. Após a redução de inserção de notícias identificadas no período entre 1999 e 2002, nota-se expressivo aumento de inserções a partir de 2003, primeiro ano do mandato do Presidente Luiz Inácio da Silva.

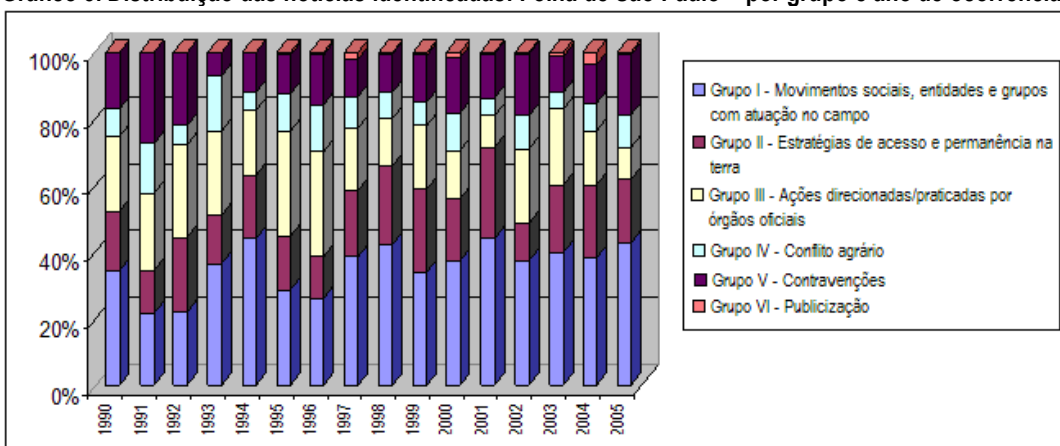
Em relação aos grupos identificados nota-se a grande prevalência de notícias diretamente relacionadas à presença dos movimentos sociais no campo brasileiro (Gráficos 2 e 3).

Gráfico 2. Distribuição das notícias identificadas: Folha de São Paulo – 1990/2005



Deste modo o Grupo I - **Movimentos, entidades, grupos com atuação no campo** aparece como termo-chave em 1.655 registros ou em 35,4% dos casos; o **Grupo II - Estratégias de acesso e permanência na terra** registra 855 incidências de termos-chave ou 18,2% do total de casos; o **Grupo III - Atividades de órgãos oficiais** registra 1.010 incidências de termos-chave ou 21,6% do total registrado; o **Grupo IV - Conflito agrário** registra 459 incidências de termos-chave ou 9,8% do total identificado; o **Grupo V – Contravenções** registra 639 incidências de termos-chave ou 13,7% do total e o **Grupo VI – Publicização** registra 58 incidências de termos-chave ou 1,2 % do total.

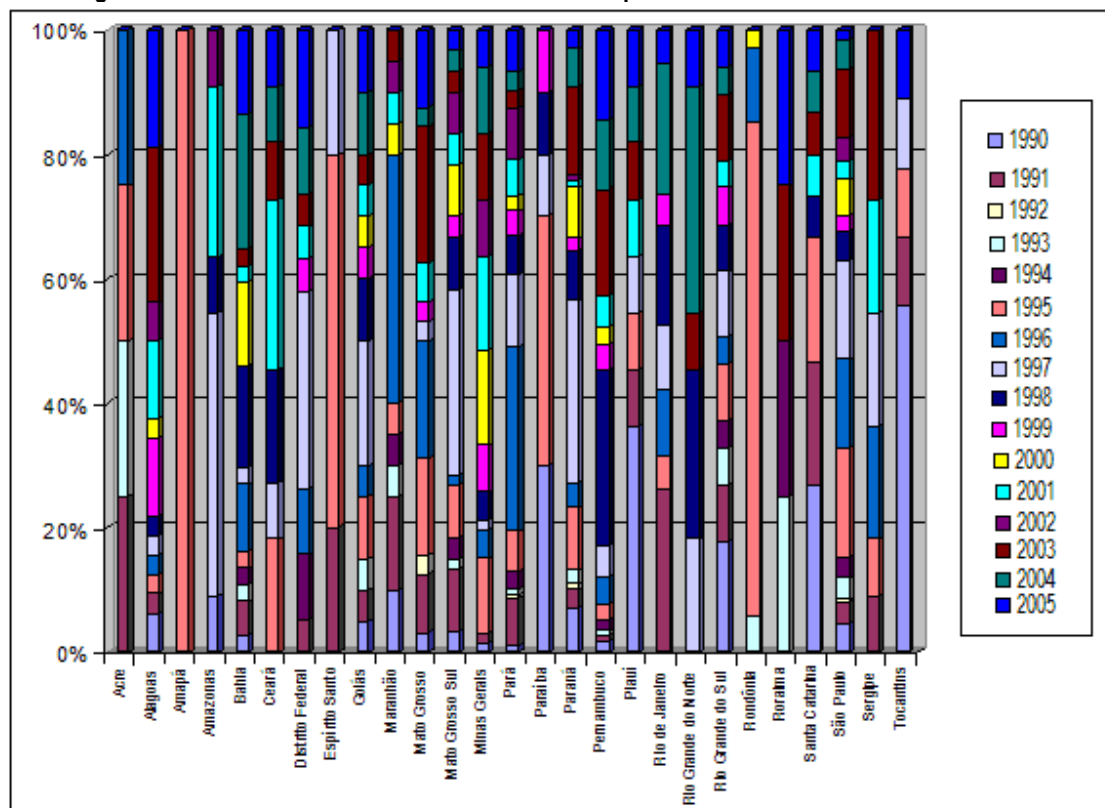
Gráfico 3. Distribuição das notícias identificadas: Folha de São Paulo – por grupo e ano de ocorrência.



Ao se analisar a tabela e os gráficos elaborados a partir da sistematização dos dados coletados nota-se que a temática dos movimentos sociais no campo brasileiro e a reforma agrária permeiam de maneira constante, mas não uniforme, a pauta de redação do jornal Folha de São Paulo. Percebe-se significativo aumento de inserções em anos eleitorais e em anos onde foram registrados grandes massacres no campo. Além disso, cabe destacar que das 2.338 notícias identificadas, 126 (cerca de 5%) figuraram como manchete de capa do periódico.

Em relação ao espaço geográfico retratado nas notícias, faz-se necessário destacar que todo o território brasileiro aparece retratado de maneira geral nos dados coletados, sendo que todos os Estados, bem como o Distrito Federal, são citados pelo menos uma vez no período analisado (Gráfico 4).

Gráfico 4. Citação de Estados do Brasil nas notícias relativas a movimentos sociais no campo brasileiro e reforma agrária veiculadas no Jornal Folha de São Paulo no período de 1990 a 2000.



Foram identificadas 895 citações de Estados para o período analisado. O Estado de São Paulo figura como campeão de citações nas notícias identificadas, registrando 266 inserções ou 29,7 % do total. Tal fato se justifica por a *Folha de São Paulo* ser um periódico direcionado para o Estado de São Paulo, mesmo que sua circulação atinja o âmbito nacional. Na sequência observa-se o Estado do Pará, com o registro de 151 inserções ou 16,9% do total e o Estado de Paraná com 74 inserções ou 8,7% do total. As citações de Estados estavam na maior parte das notícias identificadas relacionadas a situações de conflito agrário.

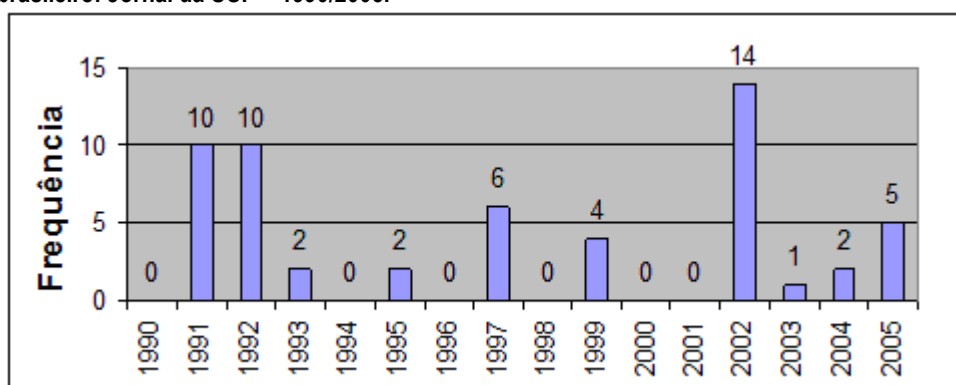
No que se refere ao Jornal da USP, as questões referentes à reforma agrária e aos movimentos sociais no campo brasileiro no período entre 1990 e 2005, totalizaram 56 notícias. Frente às 2.338 identificadas na *Folha de São Paulo* o número obtido no Jornal da USP pode parecer extremamente reduzido, contudo convém lembrar que a *Folha de São Paulo* é uma publicação diária, enquanto o Jornal da USP é semanal. Os dois periódicos também diferem essencialmente quanto aos seus objetivos: o *Jornal Folha de São Paulo*, de circulação nacional

e pago, procura relatar fatos do cotidiano que sejam considerados de relevância local, regional ou nacional; o *Jornal da USP*, de circulação restrita ao espaço da USP e gratuito, procura noticiar fatos relacionados a pesquisas e temas de interesse do público universitário.

Para as notícias identificadas foram atribuídos dois termos-chave que permitiu o agrupamento das notícias por similaridade de conteúdo geral.

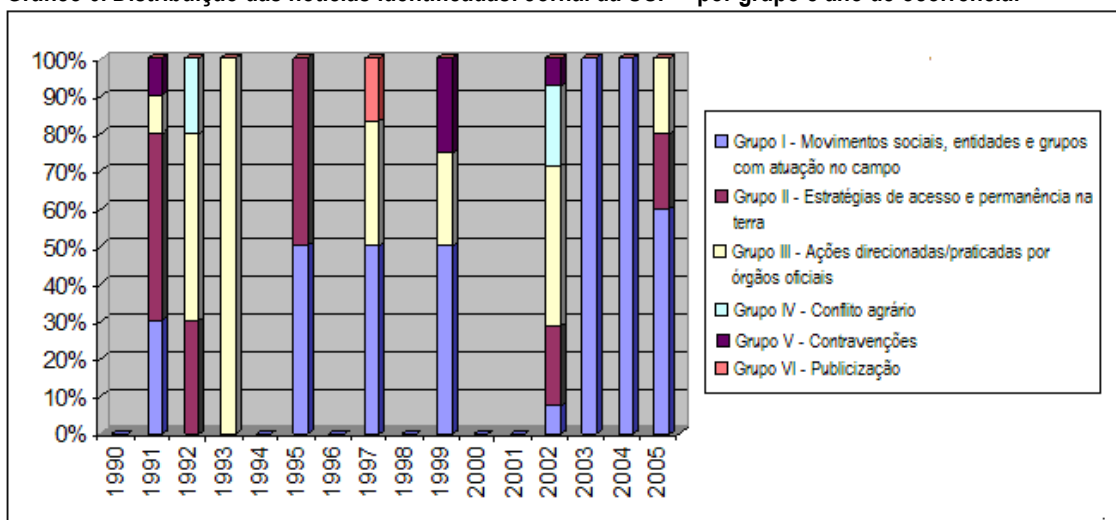
Em relação à distribuição anual das notícias (Gráfico 5), destaca-se que em 1990, 1994, 1996, 1998, 2000 e 2001 não foi possível identificar nenhuma notícia referentes à temática da reforma agrária e dos movimentos sociais no campo brasileiro. O ano de 2002 representa o nível máximo de inserções das temáticas em matérias do *Jornal da USP*, totalizando 14. O ano de 2002 representa o período final do 2ª mandato de Fernando Henrique Cardoso, gestão que vivenciou inúmeros conflitos relacionados aos movimentos sociais no campo e à reforma agrária. Em 2002 registra-se ainda o lançamento da campanha presidencial de Luiz Inácio da Silva, candidato do PT, na qual a reforma agrária figurou como elemento central.

Gráfico 5. Distribuição de notícias relativas à reforma agrária e aos movimentos sociais no campo brasileiro: *Jornal da USP* – 1990/2005.



Diferente do resultado obtido na análise das notícias sistematizadas na Folha de São Paulo, a maior incidência de notícias dizia respeito ao **Grupo III - Atividades de órgãos oficiais**, representando 18 inserções ou 32,1 % do total. No gráfico 6 pode-se observar a distribuição das notícias entre os grupos elencados no período de 1990 a 2005.

Gráfico 6. Distribuição das notícias identificadas: Jornal da USP – por grupo e ano de ocorrência.



A coleta de dados e análise realizada no Jornal da USP e Folha de São Paulo evidenciou que a temática da reforma agrária e dos movimentos sociais foi pauta dos referidos periódicos entre 1990 e 2005, sendo explorados inúmeras dimensões e desdobramentos de seus significados.

Nota-se que na Folha de São Paulo a temática da reforma agrária e dos movimentos sociais no campo brasileiro apresentou-se de forma mais constante, uma vez que figurou em todos os anos analisados. Contudo, constância não significa uniformidade, a inserção de notícias distribuiu-se desigual através dos anos pesquisados, variando consideravelmente de um ano para outro. Assim, em 1991 observamos 116 inserções e no ano seguinte, 1992, apenas 18. Já no Jornal da USP o modo de inserção apresentou-se esporádico, sendo nulo em seis dos anos analisados.

Confronto com livros didáticos

A análise dos livros didáticos *O espaço geográfico*, de Igor Moreira, para a década de 1990, e *Sociedade e Espaço Geografia Geral e do Brasil*, de José William Vesentini, para a década de 2000 conduziu a dois panoramas distintos.

Em *O espaço geográfico*, Igor Moreira trata de tópicos como conflitos pela posse de terra, estrutura e concentração fundiária, modernização da agricultura e reforma agrária entre outros temas trabalhados neste setor. Vale ressaltar que em ambos os livros a maior parte dos conteúdos retratados de Geografia Agrária dizem respeito às atividades econômicas. Os tipos de cultivo são elencados e relacionados às áreas de ocorrência e aos índices de produção e participação na economia. Contudo, o autor propõe uma discussão ampliada e resgata os

aspectos sociais como, por exemplo, trabalhadores expropriados sem terra e a injusta estrutura fundiária do Brasil.

Em *Sociedade e Espaço Geografia Geral e do Brasil*, de José William Vesentini, os assuntos relacionados à Geografia Agrária estão diluídos em conteúdos como o processo de industrialização das regiões, origem históricas dos países desenvolvidos, movimentos de migração e constituição da população. É interessante notar que o autor não registra qualquer informação sobre o panorama da reforma agrária no país ou sobre os movimentos sociais do campo.

Conclusões

Os resultados obtidos no presente trabalho evidenciam que a temática da reforma agrária e dos movimentos sociais no campo brasileiro apresenta diferentes níveis de penetração nos três instrumentos analisados: material da FUVEST, jornais e livros didáticos.

No material da FUVEST podemos observar a inserção tardia de pontos importantes relativos à realidade agrária do país. Nota-se ainda que a inserção dos temas em seu conteúdo programático não significa a aplicação de questões que conduzam à problematização da questão agrária no país por parte do vestibulando. A FUVEST propõe a discussão de uma reforma agrária “teórica”, uma vez que ela consta como referência de estudo em seu conteúdo programático, mas ainda não foi praticada em seu vestibular de 1ª fase.

Os dois livros didáticos analisados apresentavam panoramas diferentes: o livro de Igor Moreira *O espaço geográfico* aborda a questão da reforma agrária e a relaciona com a concentração fundiária predominante no país, sem abordar a temática dos movimentos sociais do campo brasileiro. Já o livro de José William Vesentini, *Sociedade e Espaço Geografia Geral e do Brasil*, não faz nenhuma menção à reforma agrária ou aos movimentos sociais do campo brasileiro, excluindo esta temática de sua seleção.

Os veículos de mídia impressa analisados, sobretudo a Folha de São Paulo, foram os instrumentos onde a temática da reforma agrária e dos movimentos sociais no campo brasileiro se apresentou com maior grau de recorrência. Contudo, no caso da Folha de São Paulo, pode-se notar certa tendência de associação entre os termos *sem – terra* (ou MST) e *violência*. O integrante de movimentos sociais retratado na maioria das notícias veiculadas pelo jornal é normalmente truculento, usuário constante da força bruta, apto a realizar a reforma agrária pela foice.

Também é interessante notar que o termo – chave *ocupação* aparece apenas 37 vezes, enquanto o termo *invasão* alcança a impressionante marca de 467 inserções. São pequenas

estratégias lingüísticas que podem conduzir o leitor do jornal a uma construção distorcida dos movimentos sociais no campo e seus integrantes.

Abramo (1988, p.23) diz que

Uma das principais características do jornalismo no Brasil, hoje, praticado pela maioria da grande imprensa, é a manipulação da informação. O principal efeito dessa manipulação é que órgãos de imprensa não refletem a realidade.

Assim, se a grande inserção midiática, neste caso a imprensa, da temática da reforma agrária e dos movimentos sociais no campo brasileiro a partir da década de 1990 é índice da relevância do assunto para a sociedade brasileira do período, a forma como ela é apresentada pode funcionar como elemento de desconstrução de seu genuíno caráter, reforçando características negativas e ocultando as positivas. É uma faca de dois gumes.

No texto *Que são as ligas Camponesas?* Francisco Julião, ainda em 1962, faz um necessário alerta sobre a retratação dos movimentos sociais do campo em jornais

A imprensa da classe dominante, ao surgir uma Liga, inicia contra ela um ataque violento e histérico, como se estivesse em frente a uma corja de bandidos e assaltantes. É obrigatório, nessa fase, para o redator policial, o registro com destaque de fatos deputados, contendo insultos e calúnias contra os camponeses, sua Liga e seus dirigentes. Todos são chamados de comunistas, carbonários, terroristas e agitadores.

Ataques dessa espécie duram semanas e meses inteiros. Quem se dispuser, no futuro, a percorrer a coleção dos jornais da época, terá farto material para comprovação do que informamos.

Isso se explica porque a imprensa reflete, como é natural nesse regime, a violência do latifúndio. (JULIÃO, 2009).

Os pensamentos apresentados por Julião na década de 1960 parecem adequados para finalizar este trabalho, pois mais que proféticos, se apresentam como atuais.

Bibliografia.

ABRAMO, P. Padrões de manipulação na grande imprensa. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BRASIL. Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

COCA, E. L. F. Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil: compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária brasileira - estudo dos assentamentos das regiões Norte e Nordeste. São Paulo: UNESP, 2008.

GERMANI, G. I. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: NETO, A. S. C; SANTOS, E. M. C; SILVA, O. A. (org). (GEO)grafias dos movimentos sociais. Bahia: UEFS Editora, 2010, p.269-304.

JULIÃO. F. Que são as Ligas Camponesas? In: WELCH, C.A. *et al* (org). Camponeses Brasileiros – volume I. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 271 – 297.

MANZANO, M. E. Vestibular Seriado: estado da arte e a percepção docente sobre o tema. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da USP, 2011.

MORAIS, C. S. de. História das Ligas Camponesas do Brasil. In: STEDILE, J.P. (org). A questão agrária no Brasil 4, História e natureza das Ligas Camponesas 1954 – 1964. São Paulo: Expressão Popular 2006, p. 21 – 71.

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. Estudos Avançados. São Paulo: USP, v.15, n.43., set/dez. 2001.

SAMARA, E.M. 30 anos de Fuvest, a história do vestibular na Universidade de São Paulo – 1976 – 2006. São Paulo: EDUSP, 2007.

STEDILE, J.P. História da questão agrária no Brasil. In: STEDILE, J.P. (org). A questão agrária no Brasil 3, Programas de reforma agrária: 1946 – 2003. São Paulo: Expressão Popular 2005, p. 9 – 16.